

Bancos acertam com FMI

Armando Ourique

Washington — Depois de informar que a terceira Carta de Intenção do Governo brasileiro foi aceita sem restrições pelo FMI, o diretor-gerente do órgão, Jacques de Larosière, anunciou ontem um “acordo em princípio” com os bancos privados e os Governos credores, para o financiamento de 11 bilhões de dólares ao Brasil no restante deste ano e em 1984. Os bancos privados entrarão com 6 bilhões 500 milhões de dólares, segundo adiantou o presidente do comitê de assessoramento, William Rhodes, do Citibank.

O acordo foi obtido em três horas e meia de reunião na sede do Fundo Monetário Internacional, coordenada pelo diretor-gerente do FMI e com a participação dos presidentes dos principais bancos privados e bancos centrais credores do Brasil. Nenhuma autoridade brasileira esteve presente ao encontro. O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, tomaram conhecimento da decisão através da imprensa.

O diretor-gerente do FMI e o presidente do comitê de assessoramento dos bancos fizeram divulgar breves declarações separadas anunciando o “acordo em princípio”. O Sr William Rhodes disse que o comitê apresentará a cifra de 6 bilhões 500 milhões de dólares aos 800 bancos credores do Brasil, recomendando que seja aceita por todos. “Os detalhes do plano de financiamento (que inclui os critérios de participação de cada banco) serão resolvidos em reuniões do comitê nesta e na próxima semana”, diz a declaração de Rhodes.

Futuros interligados

Fontes financeiras de organizações oficiais esclareceram que os bancos privados terão que comunicar ao FMI as suas decisões finais sobre quanto cada um emprestará até o dia 15 de novembro. O Conselho Diretor do FMI realizará uma reunião para aprovar o programa brasileiro na 2ª quinzena de novembro, disseram as fontes.

Uma fonte de um banco inglês que esteve na reunião revelou que, a partir de hoje, o comitê de assessoramento se encontrará em Nova Iorque, para estabelecer os critérios de rateio do financiamento de 6 bilhões 500 milhões de dólares. Provavelmente, será estabelecido para cada banco um percentual sobre os atuais montantes de empréstimos ao Brasil. Disse que nas próximas semanas todos os acordos entre os bancos privados deverão ser concluídos, mas que o prazo de 15 de novembro para a comunicação ao FMI tinha sido estabelecido

para a decisão não se antecipar ao exame do Decreto-Lei salarial 2045 pelo Congresso brasileiro.

Afirmou que o Governo do Brasil não estará representado nas reuniões do comitê de assessoramento que tratarão do plano de financiamento. “Esta é uma questão para os bancos resolverem sozinhos”, disse. O Governo brasileiro será, entretanto, consultado antes das principais resoluções, afirmou. Disse que todos os participantes do comitê de assessoramento “compreendam e eram sensíveis aos problemas, inclusive da pobreza, que o Brasil está atravessando”. Lembrou também que, diante do volume da dívida, os futuros do Brasil e dos bancos credores estavam interligados.

O acordo em princípio, anunciado pelo Sr de Larosière, inclui, além dos 6 bilhões 500 milhões de dólares de novos empréstimos dos bancos privados, 2 bilhões 500 milhões de dólares de garantias de crédito das agências de financiamento às exportações do países credores e 2 bilhões de dólares de reescalonamento da dívida oficial com o Clube de Paris, segundo fonte financeira oficial. O diretor do BC, Madeira Serrano, afirmou que o Brasil espera obter mais 200 milhões de dólares do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

“Montagem clássica”

Disse Serrano que o “problema passa a ser agora de divisão de forças, nos bancos privados e os setores oficiais”, para o rateio do financiamento. Afirmou que a coordenação do acordo pelo FMI foi realizado através da “montagem clássica” que o Fundo já havia realizado nos casos do México, da Argentina e do Chile.

O comunicado de Larosière, após reunião que contou com a presença do presidente do Banco Central americano, Paul Volcker, afirma que “após consultas entre o FMI, Governos, agências multilaterais e o comitê de assessoramento, um acordo em princípio foi atingido sobre o financiamento do programa de ajustamento brasileiro para o período que cobre o restante de 1983 e 1984.”

O comunicado do presidente do Comitê de assessoramento afirma que “a componente dos bancos comerciais do pacote de financiamento do FMI para o Brasil é de 6,5 bilhões de dólares. O comitê de assessoramento concordou em apresentar esta cifra à comunidade de bancos comerciais em todo o mundo e recomendar a sua aceitação. Detalhes sobre o plano de financiamento proposta serão estabelecidos em reuniões do comitê nesta e na próxima semana”.

empréstimos para o Brasil